

.10

LEITURAS SOBRE OS MONUMENTOS HISTÓRICOS ATRAVÉS D'A CONSTRUÇÃO MODERNA

Marta Prista

Durante a primeira década da sua publicação (1900-1910), *A Construção Moderna* divulgou um conjunto de textos dispersos sobre a temática dos monumentos nacionais cuja articulação permite uma leitura do lugar da arquitectura do passado na sociedade portuguesa na viragem do século XIX para o século XX. A revista reproduzia, deste modo, a tendência oitocentista de utilização da imprensa como veículo de propagação ideológica e mesmo doutrinação pedagógica. A partir da década de 1830 Portugal viu aparecerem periódicos pitorescos e ilustrados que, inspirados na imprensa francesa, recorriam à mediatização iconográfica e à formulação teórica como tentativa de edificar a opinião pública. Foi neste quadro que a maioria dos periódicos nacionais divulgou o património arquitectónico numa óptica nacionalista e simbólica, em artigos de conteúdo literário cuja autoria pouco diversificada tornava repetitivos e panfletários (Rosas 1995). Os textos publicados n' *A Construção Moderna* mostram, contudo, como a revista se assume «crónica da actualidade» (Mesquita 1999), ao participar no debate público sobre os monumentos, mas acrescenta «especialidade» ao tema num discurso que, sem perder o cariz nacionalista, o alarga à constituição do restauro como disciplina, ao papel dos arquitectos na sua prática e ao lugar dos monumentos na sociedade e *intelligentsia* portuguesas.

Monumentos como alegorias

Tardiamente face à Europa, onde a Revolução Francesa e a Revolução Industrial haviam despertado o interesse ideológico, simbólico e material pelos monumentos históricos desde o século XVIII, em Portugal é com o romantismo oitocentista que se enraíza uma consciência patrimonial. O terramoto de 1755, as Invasões Francesas no início do século XIX e a extinção dos Ordens Religiosos em 1834 potenciaram um movimento de salvaguarda dos monumentos e denúncia dos vandalismos materiais e funcionais a que vinham sendo sujeitos (Neto 1990, Tomé 2002). Este movimento enfatizava o valor documental do monumento enquanto testemunha do passado e alegoria material da história e glória nacionais, situando a expressão arquitectónica no discurso do romantismo. Ao mesmo tempo, o investimento na história e nos seus legados reforçava e alargava o repertório nacional de símbolos e signos enunciadores da legitimidade do Estado-nação (Lofgren 1989), num tempo de nacionalismos emergentes em toda a Europa, que é acentuado em Portugal pela perda do Brasil e pelo *Ultimatum* inglês.

Os monumentos adquirem, então, um valor idiossincrático, indissociável da figura de Alexandre Herculano e do discurso que constrói a partir de 1837, com os artigos publicados na revista *O Panorama*¹. Homem do romantismo, assumido iluminista e pedagogo, Herculano propõe a conservação dos monumentos da Idade Média, enfatizando o poder de instrução e de significação da arquitectura numa equivalência entre as suas ruínas e os períodos de formação territorial da nação (Archer 2003). O valor de antiguidade do monumento era privilegiado face ao seu valor artístico, explicando porque, em Portugal, a paixão oitocentista pelo gótico na Europa se faz acompanhar da valorização de outras expressões medievais cujos tempos reportam a diferentes épocas de glória nacional (desde a fundação da nacionalidade ao tempo áureo dos Descobrimentos).

A leitura do monumento enquanto materialidade simbólica e celebrativa da história e da arte nacionais deu o tom a vários textos publicados n' *A Construção Moderna* sobre a temática. Em *A Evolução da Arte e a Tradição dos Povos*², Rosendo Carvalheira foi explícito na enunciação da arquitectura como fonte

de conhecimento da história.: são «Poemas de marmore» (12: 4), escreveu, que atestam materialmente o passado da nação. Afilhado de Herculano, o arquitecto Rosendo partilhava com este a crença do superior valor documental e pedagógico dos monumentos face ao da história escrita. Metopa e Triglypho, em *Arte Tradicionalista*², assumiu um tom mais panfletário ao citar e subcrever João de Barros sobre o Mosteiro de Belém: «Não tivesse o terremoto deixado subsistir nenhuma outra ruína, este monumento falaria só, a alma de Portugal viveria em cada pedra» (55: 36). Mais próximas de uma historiografia da arquitectura portuguesa, outras exposições na revista reproduzem a tendência de metaforizar os grandes momentos e personagens da história nacional nos monumentos e nos estilos arquitectónicos. É o caso de José Maria Nepomuceno, em *A Evolução da Arte em Portugal (Apontamentos)*³, e de Ferreira da Costa, em *Apontamentos Histórico-Arquitectónicos*⁵, ambos preocupados com a capacidade de representação dos momentos históricos através dos monumentos de singularidade gramatical e com a identificação de um estilo de arte nacional.

O culto do património e o interesse pela significação dos monumentos é, na verdade, um sintoma social do entendimento e uso que as sociedades fazem do passado (Hobsbawm 1983). Os monumentos nacionais constituem, deste modo, uma alegoria do passado ao tornarem-se recursos dramáticos do presente que ilustram as narrativas nacionais sobre a história (Santos 1996).

Restauro como disciplina

O tardio enraizamento da consciência patrimonial na sociedade e *intelligentia* portuguesas ajuda a explicar a morosidade e dificuldade de efectivação de uma política nacional sobre os monumentos ao longo do século XIX. Só em 1840 o restauro foi objecto de uma medida legislativa global, até então constituindo resultado de disposições reais ou eclesiásticas particulares. Dois anos depois as Obras Públicas foram dotadas da primeira secção competente na matéria. As intervenções sobre os monumentos continuaram, contudo, a revelar uma indefinição programática e metodológica, uma insipiência teórica e a falta de um quadro técnico especializado (Rosas 1996). As iniciativas para a inventariação e salvaguarda do património arquitectónico eram dispersas e pouco assertivas no quadro político instável balizado pela Revolução Liberal e a implantação da 1ª República. Os monumentos continuavam, por isso, a ser tratados com ineficácia, tecnocracia e empirismo (França 1990)⁶.

A publicação dos artigos sobre as obras das Sés da Guarda⁷, de Évora⁸ e de Lisboa⁹ e o Convento de Cristo em Tomar n' *A Construção Moderna* é, neste contexto, sugestiva do movimento de afirmação disciplinar do restauro no seio das elites profissionais. Contudo, a insipiência teórica e metodológica do restauro não deixa de transparecer. As referências ao «grande mestre Viollet-le-Duc»¹⁰ são claras, até explícitas, mas a sua *Unidade de Estilo*¹¹ é preterida por uma unidade da arquitectura (Rosas 1996). Os restauros portugueses procuravam antes uma 'ideia' de edifício, mais próxima do valor histórico e de antiguidade do monumento no sentido que lhe dera Riegl¹², por sua vez mais adequado à opinião pública formada pelo discurso romântico e pela propaganda nacionalista. A defesa da metodologia proposta por Viollet-le-Duc esclarece as referências às memórias que antecederam os restauros das Sés, num tempo em que Ramalho Ortigão já havia publicado *O Culto da Arte em Portugal* e denunciado a necessidade de fundar teórica e historicamente a intervenção sobre os monumentos (Rosas 1995). Mas as intervenções arquitectónicas revelam uma procura de gramáticas construtivas mais alargada do

que a apologia gótica porque «todos estes exemplos citados provam a enorme vida da architectura em Portugal antes da victoria definitiva da ogiva», assim o revela a Sé de Évora com o seu «Grupo extraordinario de exemplares artisticos de primeira ordem, e de memorias historicas que não devem esquecer»¹³. Os vandalismos são condenados como principio, mas nem todos excluídos da obra, sendo-lhes inclusive reconhecida qualidade artística como é o caso do órgão da Catedral da Guarda: «Encarado isoladamente em si, este órgão, é uma das mais notáveis e artisticas peças com que o vandalismo faustoso de um bispo, obstruiu o grandioso templo»¹⁴.

O restauro no fim do século XIX em Portugal constitui, assim, em primeira instância, uma narrativa material que selecciona e enfatiza um passado necessário ao presente (Lowenthal 1985) e uma narrativa histórica que encontra, entre o tempo românico e a época dos Descobrimentos, a fundação da nacionalidade e a glória da nação. A sua construção como disciplina é, por isso, um processo mediado pela intencionalidade simbólica.

Restauro na valorização da classe profissional dos arquitectos

A leitura dos artigos sobre os monumentos nacionais publicados n' *A Construção Moderna* ultrapassa, contudo, a construção de uma consciência patrimonial em Portugal ou da divulgação disciplinar do restauro. A temática, porque emersa em retóricas simbólicas e nacionalistas, constitui um veículo de valorização do objecto arquitectónico e, conseqüentemente, dos seus projectistas. O restauro torna-se, por este motivo, palco de afirmação da classe profissional dos arquitectos num período em que esta reivindicava a legitimidade da sua autonomização.

A última década do século XIX é marcada pela procura da autonomia disciplinar dos arquitectos que passava, em primeira instância, pela cisão com os arqueólogos. A viragem do século é marcada pela edição do dicionário de Sousa Viterbo¹⁵, pela Exposição Internacional de Paris e pela instituição do Prémio Valmor que sedimentaram a organização civil da classe dos arquitectos nas vésperas da sua institucionalização em 1902, com a criação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses (Figueiredo 2002). Contemporânea, a revista *A Construção Moderna* não se limitou a divulgar a autonomização profissional dos arquitectos¹⁶, mas antes participou activamente na sua afirmação ao divulgar projectos e autores, ao construir um espaço de debate e formação entre os diferentes saberes da arte de edificar e ao desenhar um perfil disciplinar do arquitecto.

Os artigos publicados sobre os monumentos nacionais podem, neste contexto, ser lidos como parte do processo de reivindicação profissional dos arquitectos, no caso sobre as competências teóricas e práticas no restauro. Aliás, já em 1894 o arquitecto José Luís Monteiro abandonara a Comissão dos Monumentos Nacionais por não considerar habilitada a nova equipa composta por engenheiros e literatos (França 1990) e, em 1903, a SAP requerera a guarda dos monumentos, antecedendo as disposições do VI Congresso Internacional dos Arquitectos sobre as habilitações do arquitecto para a prática do restauro. O valor artístico dos monumentos tornou-se argumento recorrente no discurso dos arquitectos, simultaneamente valorizando a classe profissional e legitimando a sua aptidão para o restauro, face à dos arqueólogos.

Esta posição é insinuada nos artigos publicados n' *A Construção Moderna* que, referenciados à importância histórica dos monumentos, não deixam de expor eloquentemente os traços artísticos dos edifícios e a mestria dos autores do restauro na interpretação e reconstrução dos léxicos arquitectónicos

do passado. Tecnicamente, Calderini, em *Os archeologos, os engenheiros e os architectos perante os monumentos da arte*¹⁷, chega a acusar o arqueólogo de desvalorizar os monumentos porque «na maioria dos casos, é a negação do genio, do gosto e da arte» (60: 63), concluindo serem os architectos quem condensa os atributos científicos e artísticos necessários à prática do restauro. Institucionalmente, é Ventura Terra quem, sobre a égide do VI Congresso Internacional dos Architectos, propõe a reestruturação dos serviços técnicos do restauro sob direcção de architectos em *Restauro e Conservação dos Monumentos Nacionaes*¹⁸. A própria autoria dos diferentes textos divulgados neste periódico reforça a construção da classe profissional no início de novecentos. A larga maioria dos artigos assinados é textualmente subscrita por architectos – Rosendo Carvalheira, José Maria Nepomuceno, J. P. C. Ferreira da Costa, Ventura Terra – perdurando a dúvida sobre a proveniência dos igualmente significativos textos anónimos e sob pseudónimos. A revista parece, deste modo, querer formalizar na opinião pública a competência e o conhecimento dos architectos sobre os monumentos nacionais, tornando-os «guardiões» da autenticidade da história nas manifestações architectónicas. A reivindicação da prática do restauro pelos architectos encontra ecos numa reclamação de competências sobre a crítica e história da arquitectura. Por um lado, ao longo do século XIX, a história da arquitectura em Portugal pouco ultrapassara a actividade pontual da Comissão dos Monumentos e os estudos realizados por autores estrangeiros. Só nas últimas décadas esta insipiência começou a ser superada pela produção de Joaquim de Vasconcelos e Sousa Viterbo (França 1990). Por outro lado, a crítica da arquitectura não constituía um campo metodologicamente distinto, sendo censurada por constituir domínio de eruditos pouco conhecedores do exercício architectónico (Figueiredo 2002). Compreendendo o poder sociocultural e o reconhecimento público inscritos na crítica e na história, os architectos investiram na produção teórica e *A Construção Moderna* ofereceu-lhes um palco para a divulgar. Assim o insinua artigos como *Arte Tradicionalista*, *Apontamentos Histórico-Architectonicos* e *A Evolução da Arte em Portugal*. Tratam-se de aproximações teóricas que inscrevem na historiografia portuguesa as leituras técnicas e artistas sobre os edifícios do passado, mantendo vivo o discurso nacionalista oitocentista através da emblematização das linguagens artísticas românica, gótica ou manuelina e apagamento de outros léxicos architectónicos.

Monumentos entre a vilegiatura e a propaganda

A publicação de textos sobre os monumentos nacionais n' *A Construção Moderna* surge ainda associada à divulgação da Sociedade Propaganda de Portugal¹⁹ e às notas sobre excursões de enriquecimento cultural²⁰. Embora fundada em 1906, a Sociedade foi idealizada em 1899 como organização para o desenvolvimento intelectual, moral e material do país, propondo-se a intervir juntos dos poderes oficiais e civis, nacionais e internacionais no sentido de construir uma imagem de Portugal (SPP 1906, SPP 1908). Divida em Comissões sobre os equipamentos hoteleiros, as excursões, os monumentos, a formação de recursos humanos, entre outros, a SPP constituiu o embrião do turismo até à sua institucionalização em 1911, centrando-o nas riquezas nacionais, nomeadamente patrimoniais (Pina 1988). As relações profissionais entre Melo de Matos, director d' *A Construção Moderna*, e Leonildo de Mendonça e Costa, secretário perpétuo da Sociedade, no corpo editorial da Gazeta dos Caminhos-de-ferro, explicam o espaço que a revista dedicou à promoção da SPP, bem como a nomeação do engenheiro para a presidência da Comissão

dos Monumentos da Sociedade.

Parte das notas publicadas n' *A Construção Moderna* sobre as excursões de enriquecimento intelectual e cultural das elites nacionais ou a transcrição parcial do «Guia prático dos proprietários de hotéis»²¹ dão conhecimento das iniciativas da Sociedade Propaganda de Portugal e podem, inclusive, suscitar reflexões sobre o advento do turismo. Embora não integrasse o *Grand Tour* europeu, Portugal era destino de estrangeiros que, em busca de lugares pitorescos e primitivos, divulgavam as riquezas nacionais em publicações que contribuíam para a formalização do estudo e consciência patrimonial nacionais (Matos 2004). A vilegiatura associava-se, assim, à construção do repertório patrimonial do país através do reconhecimento e enunciação exógenos, igualmente necessários à formalização da soberania cultural e territorial. Outros artigos, que noticiam as reuniões da SPP, esclarecem melhor o interesse de uma revista dirigida aos profissionais da arte de construir em divulgar as preocupações e âmbitos de actuação da Sociedade. Tratam-se de textos que reproduzem a retórica nacionalista da literatura sobre o restauro, numa crítica aos vandalismos e refuncionalizações que se vêm praticando, e censuram a desnacionalização das novas construções. Contra o «abastardamento em que vae caindo a nossa arquitectura»²², os seus autores fazem uma apologia da esteticização da cidade, defendendo uma representação cenográfica que simultaneamente valorize o espaço público urbano e a imagem da nação. Neste advogar do apertuguesamento da arquitectura, dialogam dissertações sobre o valor histórico e artístico dos monumentos nacionais e reflexões sobre novas linguagens no construir, modernas e nacionais, que remetem para o movimento da Casa Portuguesa e os monumentos aos heróis da nação, igualmente tematizados nos fascículos d' *A Construção Moderna*²³.

Nota final

Não se pretendeu aqui proceder a um estudo aprofundado do entendimento do património architectónico no início de novecentos, tão pouco abordar exaustivamente o restauro dos monumentos publicados n' *A Construção Moderna*. Antes, a intenção do presente texto foi a de sublinhar o papel deste periódico na proposição de debates sobre a edificação que atravessam domínios profissionais e de conhecimento e oferecem a arquitectura como objecto poliédrico cuja leitura, crítica e intervenção penetra em diferentes esferas da vida social e cultural portuguesa no início do século XX.

No caso específico da temática dos monumentos nacionais, a revista publicou textos que tomaram a arquitectura do passado enquanto objecto de prática profissional, mas igualmente são os monumentos pretexto para o lançamento de outras discussões e construções públicas, como a profissionalização dos architectos, a nacionalização da cultura material ou a propaganda do país. Com a entrada na segunda década da sua publicação (1910-1919), o perfil editorial d' *A Construção Moderna* sofre alterações. A revista é fundada com *Artes do Metal*, a 1ª República é instaurada e mais tarde morrem as figuradas centrais do periódico: Melo de Matos em 1915 e Rosendo Carvalheira em 1918. As contribuições teóricas, históricas e socioculturais que haviam tornado *A Construção Moderna* numa arena de debate transdisciplinar tornam-se mais raras e a temática patrimonial é desinvestida.

- .ARCHER, Paulo, 2003, Sobre a visão patrimonial de Herculano em Monumentos Pátrios, Tomar, Terra de Linho.
- .FRANÇA, José-Augusto, 1966, A Arte em Portugal no século XIX, Venda Nova, Bertrand Editora, Volume segundo.
- .HOBSBAWM, Eric, 1984, «Introdução: A Invenção das Tradições», HOBSBAWM, Eric e Terence Ranger (orgs), A Invenção das Tradições, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 9-23.
- .LOFGREN, Orvar, 1989, «The Nationalization of Culture», Ethnologia Europaea, XIX, pp. 5-24.
- .LOWENTHAL, David, 1985, The Past is a Foreign Country, Cambridge, Cambridge University Press.
- .MATOS, Ana Cardoso de, 2004, «Os guias de turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal», Scripta Nova: Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Vol. VIII, nº 167.
- .MESQUITA, Marieta Dá, 1999, «Fontes para a História da Arquitectura Contemporânea Portuguesa – Um primeiro olhar sobre a Construção Moderna», GEHA: Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo, Ano 2, nº 2-3, pp.
- .NETO, Maria João Baptista, 2001, Memória, Propaganda e Poder: o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960), Porto, FAUL Publicações.
- .PINA, Paulo, 1988, Portugal: o turismo no século XX, Lisboa, Lucidus Publicações Lda.
- .ROSAS, Lúcia, 1995, Monumentos Pátrios: A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928), Porto, Faculdade de Letras do Porto. Dissertação de Doutoramento.
- .ROSAS, Lúcia, 1996, «O restauro da Sé da Guarda: Rosendo Carvalheira e o poder sugestivo da arquitectura», História: Revista da Faculdade de Letras, vol. 13, pp. 535-560.
- .SANTOS, José Reginaldo, 1996, A Retórica da Perda: os discursos do património cultural no Brasil, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- .SPP, Sociedade Propaganda de Portugal, 1906, Estatutos da Sociedade Propaganda de Portugal, Lisboa, Typ. Universal.
- .SPP, Sociedade Propaganda de Portugal, 1908, Portugal, seus múltiplos aspectos como paiz de excursões, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva.
- .TOMÉ, Miguel, 2002, Património e Restauro em Portugal (1920-1995), Porto, FAUP Publicações.

NOTAS

- Os textos publicados em defesa dos monumentos nacionais viriam a ser compilados em Opúsculos: Questões Públicas. Tomo II.
- Rosendo Carvalheira, *CM*, Ano I, nº 8 (16-05-1900), pp.5-6; Ano I, nº 9 (01-06-1900), pp.4-5; Ano I, nº 10 (16-06-1900), p.4; Ano I, nº 11 (01-07-1900), pp.5-6; Ano I, nº 12 (16-07-1900), pp.4-5.
- Metopa e Triglypho, *CM*, Ano II, nº 41 (01-10-1901), p.6; Ano II, nº 44 (16-11-1901), pp.5-6; Ano III, nº 55 (01-04-1902), p.36; Ano III, nº 56 (10-04-1902), p.xxiv. Heiden, *CM*, Ano III, nº 50 (10-02-1902), pp.iv-v; Ano III, nº 54 (20-03-1902), p.28. [s.a.], *CM*, Ano II, nº 46 (16-12-1901), p.8; Ano II, nº 47 (01-01-1902), p.8; Ano III, nº 57 (20-04-1902), p.48.
- J.M.N., *CM*, Ano III, nº 50 (10-02-1902), pp. vii-viii; Ano III, nº 53 (10-03-1902), pp. xiv-xv; Ano III, nº 56 (10-04-1902), p.xxiii; Ano III, nº 59 (10-05-1902), pp. xxx-xxxi; Ano III, nº 62 (10-06-1902), pp. xxxviii-xxxix; Ano III, nº 65 (10-07-1902), pp. xlvii-xlviii; Ano III, nº 68 (10-08-1902), pp. liv-iv; Ano III, nº 71 (10-09-1902), p. lxiii; Ano III, nº 74 (10-10-1902), pp. lxxi-lxxii; Ano III, nº 80 (10-12-1902), p. lxxxvii; Ano III, nº 83 (10-01-1903), pp. xcvi-xcvi.
- J.P.C. Ferreira da Costa, *CM*, Ano III, nº 65 (10-07-1902), p. xlvi; Ano III, nº 68 (10-08-1902), p. viv; Ano III, nº 74 (10-10-1902), pp. lxx-lxxi; Ano III, nº 77 (10-11-1902), p. lxxvi; Ano III, nº 80 (10-12-1902), pp. lxxxvi-lxxxvii; Ano IV, nº 94 (01-05-1903), p. 79.
- Só em 1880, a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses inventaria os monumentos nacionais a pedido do Estado, tendo a definição dos critérios para a sua classificação sido promulgada em 1901 e a efectiva salvaguarda legislada em 1910.
- Rosendo Carvalheira, *CM*, Ano I, nº 1 (01-02-1900), p.7; Ano I, nº 2 (16-02-1900), p.5; Ano I, nº 3 (01-03-1900), pp.4-5; Ano I, nº 4 (16-03-1900), p.5-6. Rosendo Carvalheira, *CM*, Ano III, nº 53 (10-03-1902), pp. xiii-xiv; Ano III, nº 62 (10-06-1902), pp. xxxvi-xxxvii; Ano III, nº 65 (10-07-1902), pp. xlv-xlvi; Ano III, nº 68 (10-08-1902), p. liii; Ano III, nº

- 71 (10-09-1902), pp. lxii-lxiii; Ano III, nº 74 (10-10-1902), pp. lxxviii-lxxix; Ano III, nº 77 (10-11-1902), p. lxxvii; Ano III, nº 80 (10-12-1902), p. lxxxv-lxxxvi; Ano III, nº 83 (10-01-1903), pp. xcii-xciii; Ano IV, nº 87 (20-02-1902), pp. 20-21.
- 8.Gabriel Pereira, *CM*, Ano III, nº 69 (20-08-1902), pp. 109-110.
- 9.Portal, *CM*, Ano II, nº 38 (16-08-1901), p. 3; Ano II, nº 39 (01-09-1901), pp. 3-4; Ano II, nº 40 (16-09-1901), p. 3. Gabriel Pereira, «Capiteis da Sé de Lisboa», *CM*, Ano XI, nº 353 (05-09-1911), p. 135.
- 10.Rosendo Carvalheira, «Memória sobre a Sé Cathedral da Guarda e sua possível restauração», *CM*, Ano I, nº 3 (01-03-1900), p.5.
- 11.Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), arquitecto francês, marca o advento da teorização do restauro do património arquitectónico com o seu Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle e propõe o restauro como atitude criativa onde o autor deverá reconstruir o monumento em função do que teria sido o plano inicial, incluindo demolições, restaurações e imaginações.
- 12.Alois Riegl (1858-1905), museólogo austríaco, funda o culto moderno dos monumentos ao atribuir valores do passado – histórico e de antiguidade – e do presente – artístico e de uso – ao património.
- 13.Gabriel Pereira, «A Sé de Évora», *CM*, Ano III, nº 69 (20-08-1902), p.110
- 14.Rosendo Carvalheira, «A Cathedral da Guarda», *CM*, Ano III, nº 68 (10-08-1902), p. liii
- 15.Sousa Viterbo, 1899, Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, engenheiros e constructores portugueses ou a serviço de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional
- 16.Sobre a Sociedade dos Arquitectos Portugueses consultar *A Construção Moderna*, fascículos 46, 81, 83, 88, 106, 134, 136, 138, 139, 160, 170, 180. Sobre congressos de arquitectos consultar fascículos 93, 95, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 139, 140, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 208, 219, 265, 268, 269, 270.
- 17.*CM*, Ano III, nº 55 (01-04-1902), pp. 38-39; nº 57 (20-04-1902), p. 47; nº 58 (01-05-1902), pp. 54-55; nº 60 (20-05-1902), p. 63; nº 61 (01-06-1902), pp. 71-72; nº 63 (20-06-1902), pp. 78-79; nº 64 (01-07-1902), pp. 87-88; nº 66 (01-07-1902), p. 96; nº 69 (20-08-1902), pp. 111-112; nº 70 (01-09-1902), pp. 118-119; nº 72 (12-10-1902), pp. 127-128.
- 18.*CM*, Ano VI, nº 160 (20-03-1905), p. 31.
- 19.Melo de Matos, «Propaganda de Portugal. Comissão de Monumentos», *CM*, Ano VII, nº 210 (10-01-1907), pp. 142-144; «Sociedade Propaganda de Portugal. Comissão de Monumentos», *CM*, Ano VII, nº 215 (01-03-1907), pp. 178-179; C.S., «Sociedade Propaganda de Portugal. Comissão de Monumentos», *CM*, Ano VII, nº 216 (10-03-1907), pp. 186-187; Ano VII, nº 217 (20-03-1907), pp. 194-195; E.R.M., «Sociedade Propaganda de Portugal: Comissão de Monumentos», *CM*, Ano VII, nº 218 (10-04-1907), pp. 202-203; Ano X, nº 322 (20-03-1910), pp. 170-171.
- 20.«Excursão à Batalha», *CM*, Ano V, nº 136 (01-07-1904), p. 123; Melo de Matos, «Excursão a Thomar», *CM*, Ano VI, nº 171 (10-07-1905), pp. 115-117; «Excursão de engenheiros», *CM*, Ano VII, nº 200 (01-10-1906), pp. 59-60; «As excursões do XI.º Congresso Internacional de Navegação», *CM*, Ano VIII, nº 253 (20-03-1908), pp. 195-196.
- 21.*CM*, Ano VII, nº 211 (20-01-1907), pp. 149-150; nº 212 (01-02-1907), p. 157; nº 213 (10-02-1907), pp. 165-166; nº 215 (01-03-1907), pp. 181.
- 22.Melo de Matos, «Propaganda de Portugal. Comissão de Monumentos», *CM*, Ano VII, nº 210 (10-01-1907), p. 143.
- 23.Abel Botelho, «A Casa Portuguesa», *CM*, Ano IV, nº 92 (10-04-1903), pp.59-61; Ano IV, nº 94 (01-05-1903), pp. 75-76.
- Melo de Matos, «A Casa Portuguesa. Outro depoimento», *CM*, Ano IV, nº 93 (20-04-1903), pp. 67-69.
- Melo de Matos, «Casa Portuguesa», *CM*, Ano V, nº 141 (20-08-1904), p. 164.
- Rocha Peixoto, «A Casa Portuguesa», *CM*, Ano V, nº 141 (20-08-1904), pp. 164-166; Ano V, nº 142 (01-09-1904), pp. 172-173; Ano V, nº 143 (10-09-1904), pp. 180-182; Ano V, nº 144 (20-09-1904), pp. 189-190; Ano V, nº 146 (10-10-1904), p. 204.
- Henrique das Neves, «Casa Portuguesa», *CM*, Ano VI, nº 157 (10-02-1905), pp. 3-4; Ano VI, nº 158 (20-02-1905), pp. 11-12; Ano VI, nº 159 (10-03-1905), pp. 18-19; Ano VI, nº 160 (20-03-1905), pp. 26-27; Ano VI, nº 161 (01-04-1905), pp. 34-35; Ano VI, nº 162 (10-04-1905), pp. 42-43; Ano VI, nº 164 (01-05-1905), pp. 58-59.
- Júlio de Castilho, «Casa Portuguesa», *CM*, Ano VI, nº 165 (10-05-1905), p. 66-67; Ano VI, nº 166 (20-05-1905), pp. 74-75; Ano VI, nº 167 (01-06-1905), pp. 82-83; Ano VI, nº 168 (10-06-1905), pp. 90-91. Sobre monumentos aos heróis, consultar *A Construção Moderna*, fascículos 17, 38, 45, 83, 90, 91, 115, 116, 118, 131, 144, 272, 290-293, 323, 415, 420, 437-439, 446